

UMA ANÁLISE DEMOCRÁTICA SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DAS METAS EDUCATIVAS 2021

Yego Viana A. de A. Santos (UPE)

yegoviana@hotmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo estudar o documento *Metas educativas 2021: a educação que queremos para o nosso bicentenário*, apresentando as características democráticas que aparecem ali implicitamente. Baseado nisto, pretende-se não somente analisar as metas educativas apresentadas no projeto, mas também, expor o quadro fatigado que a democracia ibero-americana está inserida, relacionando essa problemática ao sistema neoliberalista vigente, cabendo dizer que afeta não somente o cenário econômico da região, como implica, concomitantemente, impactos socioculturais. Para realizar tais estudos, tomou-se como arcabouço teórico GENTILI (1995), GENTILI e ALENCAR (2001) e SILVA (1994). Autores estes que retratam temas como a educação e neoliberalismo, já SARAMAGO (2013) e BARZOTTO (2003) relatam a respeito da democracia.

Palavras-chaves: Educação. Democracia. Metas educativas 2021.

Introdução

O presente artigo busca analisar as políticas educacionais das metas ibero-americanas, colocando em pauta como o sistema neoliberal e o regime democrático interferem em tais políticas.

Entende-se por ibero-americanos os países que firmaram o acordo com as *Metas educativas 2021: a educação que queremos para a geração dos Bicentenários*, ou seja, os 30 ministros da educação dos países-membros – que engloba Portugal, Espanha e regiões oriundas das Américas Latina e do Sul – se reuniram, em El Salvador, para comemorar a década do bicentenário de suas independências e propor onze metas para melhorar a precária situação da educação pública de maior parte da população.

Dito isso, pode-se mencionar que os principais pontos a serem discutidos aqui foram: apresentar que a democracia é plausível a discussões – através do problemático sistema educacional apresentado pelas Metas educativas 2021 –, pelo fato de que variados pesquisadores a colocam em um patamar isento de debates; abordar a influencia do capitalismo agregado ao neoliberalismo, já que o sistema não influencia apenas as relações comerciais do mundo, mas também procura implantar um controle cultural na população, afetando diretamente a educação e respectivamente a democracia

– observando esse tema do capital, não pode esquecer-se de fazer menção ao contexto histórico e de que como alcançou as proporções dos dias atuais –. Em última instância, após abordar o fatídico cenário cuja educação está inserida, levantou-se a questão dos picos de resistência e reforma educacional, servindo de exemplo as metas do documento apresentado pelos países ibero-americanos. Observando que isso vem a ser uma tarefa complicada, mas necessária, pois, se por um lado existe uma conjuntura no sistema ibero-americano que complique a efetividade de tais metas, por outro, essas mesmas metas surgem como um meio de frear problemáticas neoliberais ou democráticas.

Para tais diálogos que levantem essa tríade – educação, democracia e capitalismo – autores como Gentili (1995), Gentili e Alencar (2001), Silva (1994), Saramago (2013) e Barzotto (2003), se tornaram relevantes, por trazerem abordagens significativas aos temas.

2. A perspectiva democrática apresentada pelo documento Metas educativas 2021.

Estudar as Metas educativas 2021 está longe de trazer apenas questões sobre o quadro da educação pública. A análise aprofundada do documento propõem diálogos com outros cenários também, como é o caso do democrático.

Muitos termos tratados ao longo da história foram e ainda são vulgarizados assiduamente. Desde a Revolução Francesa até o ano vigente, se passaram duzentos e dissesses anos e, mesmo assim, variadas expressões consagradas ali ainda influenciam o hoje.

A intenção do devido trabalho está em analisar unicamente uma: a democracia. Seria ela um dos grandes tabus do século XXI, se vê nos noticiários críticas a partidos políticos A ou B, alegando-se certa uniformidade em suas formas de governar. Todavia, o modelo democrático, que influencia esses mesmos partidos, permeia em um limbo indiscutível, como outrora fora os debates sobre Deus e a família.

Para poder aprofundar em qualquer questão sobre o tema, seria de vital importância teorizar sinteticamente sobre a democracia. Se buscar na origem, a palavra vem do grego antigo onde "demos" significaria povo, logo a democracia viria de uma lógica matemática, apresentada por Aristóteles, cuja grade massa estaria em maior número que a elite, portanto o que deveria existir seria "governo do povo".

Considerando o anacronismo, precisa-se salientar que, como aponta Maneschyem em *Democracia e Universidade* (2013), mesmo o regime democrático

atual tenha apenas resquícios semelhantes com a dos gregos, ambas partem do princípio de representação popular no poder.

Para alguns estudiosos existem dois tipos de democracias modernas: a liberal e a radical. Contudo, essa discussão deve ser deixada para outro espaço, pois caso fosse o interesse de ser feito um estudo aprofundando sobre a democracia, necessitaria um esforço que não se vincularia com a demanda deste artigo. Para Barzotto (2003), parte-se da premissa que se a democracia seria o governo pelo povo. Logo, o governo que se dá “pelo povo” necessita de adequações constitucionais para o exercício popular no poder não apenas político, mas também em outras áreas sociais.

Sendo a democracia um regime governamental orientado para responder ao povo, pode-se apontar que “as decisões democráticas fundamentais tendem a expressar-se na forma de regras genéricas e abstratas, as leis. [...] a lei determinada pelo povo deve ser o guia das decisões sobre os casos concretos”(BARZOTTO, 2003, p. 27). Devido a essa definição do autor Barzotto, compreende-se em síntese o posicionamento teórico do pensamento democrático. Em detrimento disso, caso ocorra à transição ao campo da prática, a existência de incoerências passam a ser perceptíveis. Em virtude ao tema proposto, a prática será representada através de um elemento: a educação.

Envolvendo esse debate com as *Metas educativas 2021: a educação que queremos para o nosso bicentenário*, tem-se:

Iniciativa semelhante deve servir não somente para reforçar a educação nas políticas dos países, mas também para unir a comunidade ibero-americana em torno a objetivos comuns e para construir sociedades justas e democráticas. (Metas educacionais 2021.2008, p. 7)

Sendo a democracia em seu esplendor teórico a representação de uma sociedade igualitária, como apontar a existência de um documento que propõem estabelecer algo que já deveria estar estabelecido?

No decorrer das páginas do projeto, observa-se uma problemática relacionada a um ciclo vicioso de pobreza, pelo fato de que a baixa renda implica em uma precária condição educacional e consecutivamente, isso irá influenciar no desempenho do indivíduo em suas futuras relações profissionais, o que poderá cogitar em subempregos. E isso se tornará uma tendência, devido que o indivíduo gerará herdeiros que viverão na mesma situação.

A pobreza e a desigualdade são os fatores principais que contribuem para perpetuar a reprodução social e a limitação da mobilidade: baixos rendimentos, condições desfavoráveis no lar, problemas de

alimentação e de saúde, dificuldades para manter os filhos na escola, baixo rendimento escolar dos filhos, abandono prematuro ou escassa preparação, acesso a trabalhos pouco qualificados ou com níveis de salários inferiores e formação de uma nova família que repete o esquema básico anterior. (Metas educacionais 2021. 2008, p.53)

Essa desigualdade, contudo, não afeta a população aleatoriamente, o próprio documento estabelecido em El Salvador apontou que os grupos indígenas e negros são os mais lesados. A América Latina e o Caribe, por exemplo, no ano de 2007, continha uma população de aproximadamente 580 milhões de habitantes, sendo desse número 58 milhões de indígenas e 174 milhões de afrodescendentes¹.

A problemática acima serve para referendar duas opiniões, a primeira de que uma das maiores dificuldades em se estabelecer as metas educativas seria a grande diversidade existente nas regiões ibero-americanas. No passado, esta questão não surgiria como um obstáculo, já que o público a ser educado continha um caráter homogêneo, por outro lado, hoje, as escolas tem a necessidade de englobar todos. “É nesta diversidade que reside a principal dificuldade de garantir que todos aprendem, mesmo os que não querem, que não tem motivação, que revelam dificuldades diferentes. A diversidade dos problemas requer diversidade de soluções” (RODRIGUES, 2012,p. 172).

Já a segunda opinião, aparece para representar uma colocação que veio sendo estabelecida ao longo do texto, sobre as falhas existentes na democracia em não conseguir manter um governo do povo para o povo, pelo menos no âmbito abordado, o educacional. Mas a ideia é ir além, entender o porquê de essas incoerências ocorrerem, entender o porquê da prática democrática ser irregular.

2. Capitalismo: crise e neoliberalismo.

Não se pode tentar fazer uma análise sobre as disparidades entre as classes sociais através do contexto democrático sem mencionar o capitalismo histórico e toda a sua prática de subjugar tudo ao valor mercantil. “[...] o Capitalismo virou uma cultura, um modo de vida, forjando e impondo necessidades antes inexistentes, e tomando uma face que se propõe a ser universal para toda a humanidade” (SILVA, 2009, p. 46).

Devido a essa hegemonia do sistema capitalista e dessa relação mercantil, a tentativa de defesa da educação pública se torna uma tarefa intrincada. Complexidade

¹ Organização dos Estados Ibero-americanos. Metas educacionais 2021: a educação que queremos para a geração do bicentenário. Tradução: Lélia Almeida e Claudia B. Soares Pereira Pinto. Madrid, 2008.P. 53

essa que está entrelaçada com o capitalismo e todo seu maquinário relacionado à política neoliberalista. Logo, parte-se da idéia que o neoliberalismo apenas permeia suas políticas antidemocráticas na proporção “em que consegue desintegrar culturalmente a possibilidade mesma de existência do direito à educação (como direito social) e de um aparato institucional que tenda a garantir a concretização de tal direito: a escola pública” (GENTILI, 1995, p. 230).

Para estabelecer o neoliberalismo melhor, foi de suma importância enquadrá-lo na história do capitalismo. O neoliberalismo pôde ser apontado como uma saída, desde um âmbito político até cultural, das crises econômicas do capitalismo oriunda dos anos 70. Segundo Hirsch (1995),

Dizendo de um modo mais simples, as crises estruturais do capitalismo historicamente ocorrem quando, dentro do quadro de um dado modelo de acumulação e uma dada estrutura hegemônica, já não é possível mobilizar suficientes contra tendências à queda da taxa de lucro e quando a conseqüente valorização do capital requer uma transformação capitalista (HIRSCH, 1992 apud GENTILI, 1995, p.232).

Baseado, ainda, nas concepções teorizadas por Hirsch (1995), pode-se apontar que essa crise derivou da saturação do regime de acumulação fordista. Sendo detalhada em alguns pontos, dentre eles tem se como exemplo a crise do indivíduo fordista e a da organização taylorista do trabalho.

O processo neoliberalista seria a engrenagem fortalecedora da força burguesa no quadro global, minando seu enfraquecimento com a crise econômica. Como os objetivos aqui são outros, não se deve aprofundar essas problemáticas econômicas, o que leva o presente debate para a sociedade pós-fordista.

Não é surpresa que o sistema capitalista sempre se renova, a desgosto de alguns de seus críticos, se mostrando, até hoje, no centro das engrenagens que movimentam o mundo. Logo, a sociedade pós-fordista, segundo Gentili (1995), é dividida e seguem dois princípios ideológicos, sendo eles: a ideia de um mundo meritocrático e o individualismo competitivo.

Ambas as características servem para reforçar a ideia de uma população indiferente ao outro, cuja cidadania aparece nítida para alguns, enquanto para outros, surge de forma irrisória, ou seja, a desigualdade se mostra de forma avassaladora em uma sociedade democrática, quando não era para ser.

Torna-se perceptível então a polarização das riquezas e do poder nas mãos de alguns. Isso tudo mostrando ser fruto de uma lógica de mercado individual, onde o

indivíduo trabalha para abrir “portas”, contudo, se recusando a deixá-la aberta para outros, negando-lhes a desfrutarem suas conquistas. Na retórica neoliberal, isto seria o princípio do mérito, ou seja, a desigualdade, supostamente, estimularia o sujeito a não aceitar sua condição, estimulando-o a crescer, através da competição. Utilizando uma abordagem educacional sobre o tema aponta-se: “Tenta-se, a todo custo, tirar o foco das condições de aprendizagem dos estudantes e de trabalho dos educadores, para induzir o senso comum a acreditar no mérito espontâneo e individual dos sujeitos” (Revista Retratos da Escola, p. 209, 2013).

3. Capitalismo e educação: a conjuntura social fincada pelo neoliberalismo.

Já na área específica da educação, o neoliberalismo tende a controlar a escola pública por duas vias: Táticas de privatizações, com finalidade de descentralizar o poder e obtenção de lucro e a reestruturação cultural, cujo objetivo é minar o imaginário popular, uma possível, educação pública de qualidade com verdadeiras características democráticas para a maior parte da população.

Partindo desse pressuposto, segundo Silva (1994), vale salientar que não basta fazer uma crítica contínua às práticas neoliberais, mas também mostrar a falácia do mesmo em reproduzir uma realidade adequada que não abriria margens para outros tipos de realidades.

Para compreender mais sobre a forte influência neoliberal perante o sistema educacional, não pode esquecer a questão da qualidade do ensino. Em um mundo onde as relações humanas são subjugadas perante a valorização do mercado, não seria inesperado dizer que a própria “qualidade” se tornou mercadoria no processo também.

Portanto, a qualidade não é um atributo que deva vir entrelaçado com a educação, mas sim, como qualquer outra mercadoria, deve ser comprada. Devido à sua não universalização, a qualidade como propriedade se torna heterogênea e danosa para muitos. Contudo, do ponto de vista do mercado, essa falta de igualdade é benéfica, pois estimula a competição, preceito básico em qualquer lógica comercial.

Analisado isto, pode-se afirmar que a conjuntura social fincada pelo neoliberalismo não desenvolve apenas uma mentalidade individualista que só busca seu auto sucesso, o problema vai além, pois foi essa sociedade dualista que transformou a dor dos excluídos em rotineira e comum.

Se o leitor observar a sua volta verá essa banalidade com os excluídos, e isso pode ser perceptível, de certo modo, por um raciocínio simplificado. Em diversos países

a população é formada por pessoas que circulam a baixo ou pouco acima da linha da pobreza, enquanto os incluídos – aqueles que gozam de todos os privilégios sociais – são formados por um menor contingente.

Ao levantar a problemática sobre a irrelevância com a desigualdade, um termo se torna apropriado: “**segregar incluindo**” (CASTEL 1997 apud GENTILI, 2001, p. 33, **grifo do autor**). Ou seja, são grupos de indivíduos que não são exterminados ou aprisionados de forma direta – como foram os casos dos judeus de outrora com o nazismo –, por outra via, esses grupos, mesmo possibilitados de viver com os demais cidadãos, vivem em uma condição inferior, submissa – servindo de exemplo os mendigos, que fazem parte do cenário dos centros urbanos, mas vistos como fantasmas naquele meio.

Já no cenário da educação a segregação includente permeia no engessamento do quadro das instituições de ensino – apresentando um cenário apático para a democracia –, colégios menos qualificados para os pobres se comparados com as dos ricos.

Não se pode generalizar e dizer que todas as escolas que os alunos com menor poder aquisitivo estão inseridos são completamente ruins, por retirarem milhões de pessoas do analfabetismo. A crítica se volta ao grau superior de escolas particulares se niveladas com as públicas. Utilizando o Brasil como exemplo, no mês de julho de 2015 saiu a lista do MEC², sobre os melhores colégios no Exame Nacional de Ensino Médio. Mesmo existindo escolas públicas com boas notas, apenas aparecem duas, nas vinte primeiras posições do ranking geral, contra 18 de iniciativas privadas. Agregando esses dados, levanta-se a problemática da segregação includente:

[...] os pobres podem ter acesso ao sistema escolar, desde que não questione a existência de redes educacionais estruturalmente diferenciadas e segmentadas, nas quais a qualidade do direito à educação está determinada pela quantidade de recursos que cada um tem para pagar por ela. [...] Que todos tenham acesso à escola não significa que todos tenham acesso ao mesmo tipo de escolarização (GENTILI e ALENCAR, 2001, p. 37).

Fica nítido então que esses dados de melhorias educacionais podem revelar boas notícias em certo ponto, por mostrar as leves melhorias das classes subjugadas, mas também apresenta que a discriminação não desapareceu, mas instalou-se dentro da própria escola.

² Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/05/enem-2014-por-escola-entre-as-20-melhores-do-brasil-15- ficam-no-sudeste.htm>. Acessado em: 23/08/2015.

4. Metas educativas 2021 e a questão da reforma educacional.

Partindo do ponto anteriormente estabelecido de o sistema se sobressair permeando a ignorância dos seus alvos, surgem nessa passagem, alguns pontos para tentar minar essa ideologia dos mais fortes.

Podendo ser levantada a ideia do documento das metas educativas 2021 por apresentar um caráter inclusivo de grandes proporções, questionando a segregação includente sofrida pelos mais pobres e apresentando metas para burlar tais condições negativas.

Em detrimento disso, o fato desse projeto educacional ter sido organizado por políticos, que de certa forma, não se prejudicam com esse sistema dualista, levantam se alguns pensamentos, como quão real é a possibilidade dos mesmos quererem afrouxar a “teia” neoliberal que se articula prendendo as pessoas.

Essas melhorias apresentadas pelos ministros da educação dos países membros podem partir desde sinceros sentimentos humanos de melhorias ou apenas estratégias de marketing que visem obtenções de lucro e visibilidade. Ou seja, o ponto aqui não foi questionar a moral dos idealizadores do projeto, mas usá-lo de trampolim para realizar uma abordagem de uma problemática relacionada a entidades que buscam o fim da segregação escolar.

O princípio do problema aparece com os ativistas midiáticos – pessoas, organizações, dentre outros. Já que se vive em um mundo comercializado, nada mais lucrativo para reunir contribuintes, patrocinadores e mídia do que realizar ações relacionadas a problemática, pelo fato de sempre ser visto por uma óptica positiva do público – público esse que se fomentou com o individualismo neoliberal, mas para terem uma consciência tranquila realizam pequenas ajudas aos pobres.

Todavia, a problemática não se resume a isso, vai além. Como aponta Gentili e Alencar (2001), não se pode dizer que toda ação com pretensão de acabar com o analfabetismo, de fato, acaba com as causas produtoras do processo exclusivo educacional de milhares de indivíduos. Do mesmo modo, nega-se a presunção de que o fato de mais crianças permanecerem nas escolas não simboliza o fim da exclusão escolar.

Fica evidente que o propósito de uma luta educacional democrática, não se limita em programas de auxílio aos pobres, mas vai além, pois necessitam realizarem políticas com a finalidade de minarem os processos que criam e propagam a pobreza.

De certo modo, esse fato se estabelece com a metáfora do rio proposta por Saramago: “A nascente do rio começa com o “a”, o “e”, o “i”, o “o”, e o “u”, as vogais que o menino ou a menina aprendem, esse é o gérmen, tudo o que venha depois pode simplificar ou complicar a tarefa da universidade, anos mais tarde” (SARAMAGO, 2013, p.26). Ou seja, se a atual educação for vista como um rio poluído e a sociedade como o vilarejo que tem necessidade de se abastecer com suas águas, as pessoas falham ao gastarem esforços limpando apenas o leito, quando na verdade a origem do mal está na fonte.

As possibilidades de restauração da “fonte” podem encontrar algumas saídas, como aponta Gentili e Suárez (2004), podendo lembrar os megalomaniacos projetos de reestruturação educacional, já mencionados em parte devido aos ativistas midiáticos.

Para tratar da real seriedade desses grandes projetos educacionais, precisa-se observar se eles buscam realizar a manutenção do “rio” ou buscam apenas purificar a “fonte” do mesmo. Por ser um desses projetos de proporções extensas relacionado à educação, as metas educacionais 2021 se torna um alvo de análise.

Foram estipuladas onze metas gerais para os países membros realizarem como objetivos, contudo, para manter o foco do presente artigo apenas algumas, que mantêm semelhança com o que foi proposto, foram analisadas³. Sendo elas:

- **Reforçar e ampliar a participação da sociedade na ação educadora.** Essa meta geral contém três objetivos, sendo eles: estimular a participação dos diversos setores da população – dentre eles a família, organizações públicas e privadas – em projetos educacionais; incentivar a admissão e permanência de crianças nas escolas e intensificar a participação universitária em projetos de melhoria a educação básica. Esses três objetivos visam de um modo geral o dialogo entre os setores sociais e a escola, sejam a família do estudante ou até organizações privadas que podem observar o potencial das crianças caso exista o investimento adequado.
- **Aumentar as oportunidades e a atenção educacional à diversidade de necessidades dos alunos.** Os dois objetivos aqui são: apoiar o desenvolvimento educacional das minorias étnicas que vivem marginalizadas, para poderem

³ Organização dos Estados Ibero-americanos. Metas educacionais 2021: a educação que queremos para a geração do bicentenário. Tradução: Lélia Almeida e Claudia B. Soares Pereira Pinto. Madrid, 2008.P. 79,80 e 81.

alcançar níveis bons de educações e propagar uma educação bilíngue e multicultural, para se adequar aos variados estudantes.

- **Aumentar a oferta de educação infantil e potencializar seu caráter educacional.** A necessidade aqui aparece em fortalecer o ingresso de crianças por volta dos 3 a 5 anos em níveis primários e melhorar a formação dos profissionais que se envolvem com a educação infantil. Os dados são satisfatórios nessa questão, pois até 2021, em toda a região ibero-americana, 100% das crianças entre 3 a 5 anos receberão atenção educacional. Assim, para o rendimento desses meninos e meninas serem satisfatório, um segundo dado revela que 100%, até 2021 também, dos profissionais envolvidos necessitarão de especialização na área⁴.
- **Universalizar o ensino fundamental e médio, e melhorar sua qualidade.** Aumentar a arrecadação de computadores e bibliotecas para as escolas; intensificar o número de escolas com ensino integral e elevar o percentual de escolas que participem de programas de avaliações são os objetivos dessa meta geral.
- **Oferecer um currículo significativo que assegure a aquisição das competências básicas para o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania democrática.** A ramificação da meta se divide em três: buscar desenvolver no jovem os valores de uma cidadania democrática; elevar os conhecimentos fundamentais dos alunos – mantendo êxitos em provas nacionais e internacionais – e por fim, implantar um currículo que aborde a leitura, uso do computador como ferramenta na metodologia de ensino e aprendizagem, não esquecendo a educação artística, não apenas como forma de lazer, mas cogitando um aguçamento do intelecto do jovem.

Explorado sobre esses objetivos específicos, retorna-se a questão proposta por Saramago (2013), de se preocupar com a educação infantil por ser o catalisador dos ensinamentos posteriores.

Isto se torna relevante em apontar nas metas educativas 2021, pois as abordagens dessas metas gerais trazem elementos apontados por Saramago. Para uma formação básica digna, é importante desde a participação constante dos familiares mais próximos até investimentos nas próprias escolas públicas, visando não apenas uma

⁴ Organização dos Estados Ibero-americanos. Metas educacionais 2021: a educação que queremos para a geração do bicentenário. Tradução: Lélia Almeida e Claudia B. Soares Pereira Pinto. Madrid, 2008. P. 81

melhoria estrutural, mas também o quadro dos docentes. Não se pode esquecer que muitos discentes visados por tais estratégias, são de grandes maiores pertencentes a minorias étnicas, portanto a escola necessita se adaptar a eles, negando a exclusão que muitos vivem em seus cotidianos.

Outra característica dessas metas, mais especificamente a última, é a preocupação em não apenas gerar empregos com indivíduos robóticos que saibam construir uma casa ou escrever um texto acadêmico, de caráter erudito, com único intuito de massagear o ego, mas formar cidadãos que saibam o que é democracia, que saibam criticar aquilo que lhes faltem.

A seguir, e assumindo o risco, gostaria de apresentar a minha concepção inicial de educação. Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira. Isto seria inclusive da maior importância política; sua idéia, se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado (ADORNO, 1995, p. 141e 142).

Para Adorno (1995), a democracia necessita defender a emancipação de seu povo, caso o governo democrático fuja dessas condições, só poderá ser apontado como antidemocrático, mesmo se as ideias desse governo forem colocadas de modo formal. Essa opinião de Adorno pode ser complementada com a de Fontes, que ao criticar a acomodação em relação aos princípios de desigualdade diz: “[...] podemos estar autorizando a formação de guetos, de diferenciações – territoriais, étnicas, sociais – ampliadas e reproduzidas pela intervenção da regulação pública (nacional ou internacional)” (FONTES, 2001, p. 124-125).

Fica perceptível então que a educação vai além de ensinar a um indivíduo a ler ou escrever, mas instiga nele uma condição de crítica, compreender e não aceitar as condições que lhe são impostas, inclusive das nítidas falhas democráticas, lutando, desse modo, por seus direitos.

Por fim, se as metas educativas 2021 não colocaram multas para aqueles que não atingirem as metas até o prazo estabelecido, pode-se apontar a desigualdade latente entre os países membros, enquanto alguns têm bons índices outros necessitam de mais dinheiro e mais tempo, mas também, essa não existência punitiva pode-se ver como uma forma de tratar as metas gerais de modo vagaroso. O que seria um fato lamentável,

já que elas, como apresentadas aqui, mostram-se com um caráter relevante pela luta democrática e educacional.

Considerações finais

É importante ressaltar o papel culminante sobre discurso acerca da educação, pois está é um pilar construtivo da sociedade. No caso deste artigo, buscou-se explorar o cenário educacional e democrático sob a ótica do documento ibero-americano.

Vale lembrar também que a intenção aqui não foi negar a democracia – sabe-se que ela, apesar de suas falhas, trouxe elementos importantes para todos –, mas levantar pontos em dizer que a mesma precisa ser discutida. Sim, habituou-se a discutir os mais variados assuntos, esse poderia ser o caso para abordarem-se pautas sobre reinvenções democráticas. Caso contrário, todos ainda serão vítimas dessa cultura individual, cujas pessoas são desumanizadas.

Levanta-se então a importância do documento Metas educativas 2021. Documento esse que foi feito para não apenas incluir um maior número de jovens em escolas, mas busca desenvolver o indivíduo, quebrando o ciclo da pobreza e tornando-os seres críticos. Para deste modo, serem capazes de não aceitarem o meio que vivem de forma natural, problematizando questões como sistema econômico vigente e seus avanços restritivos, servindo de exemplo as escolas. Enquanto as melhores se restringem a uma minoria, sobra para os outros um ensino frágil.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

A meritocracia na educação brasileira. Revista Retratos da Escola, Brasília: Esforce; esforce.org.br, v. 7, n.º. 12, jan./jun. 2013, pp. 209-213. Disponível em: <<<http://www.esforce.org.br>>> Acesso em: 13 de setembro de 2015.

BARZOTTO, Luis Fernando. **A democracia na constituição**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

FONTES, Virgínia. Apontamentos para pensar as formas atuais de exclusão. In: BOCAJUVA, Pedro C. C.; VEIGA, Sandra M. (orgs.). **Afinal, que país é esse?**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

_____, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). Neoliberalismo, qualidade total e educação. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

_____, Pablo; SUÁREZ, Daniel (orgs.). **Reforma educacional e luta democrática: Um debate sobre a ação sindical docente na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

Organização dos Estados Ibero-americanos. **Metas educacionais 2021: a educação que queremos para a geração do bicentenário**. Tradução: Lélia Almeida e Claudia B. Soares Pereira Pinto. Madrid, 2008.

RODRIGUES, Maria de L. Os desafios da política de educação no século XXI. In: Sociologia, Problemas e Práticas, França: CLÉO; Revues.org, n.º 68, 2012, pp.171-176. Disponível em: << <http://spp.revues.org/904> >>. Acesso em: 16 de agosto de 2015.

SARAMAGO, José. **Universidade e democracia**. Belém: ed. Ufpa, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.